



MERCANTIL | Corretora S.A.
Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários

Demonstrações Financeiras Individuais

Dezembro de 2025

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A conjuntura econômica foi caracterizada pela desaceleração da atividade econômica e as estimativas iniciais apontam para crescimento do PIB da ordem de 2,4%, ante 3,4% de 2024. A inflação medida pelo IPCA posicionou-se em 4,26%, ante 4,83% em 2024. A taxa de juros Selic em patamar restritivo durante todo o ano de 2025 foi o principal instrumento utilizado para controlar a inflação. Foi elevada gradativamente de 12,25% a.a. em dezembro de 2024 até atingir os atuais 15,0% aa. O Ibovespa registrou alta de 33,95%, ante queda de 10,36% em 2024.

Contexto Corporativo e Desempenho Operacional

A Mercantil do Brasil Corretora tem por objeto, dentre outras atividades, a administração de fundos de investimentos, intermediação de negócios e prestação de serviço de escrituração e custódia de títulos e valores mobiliários.

Para os negócios em bolsa de valores, a Instituição dispõe de tecnologia com alto desempenho, tanto em relação à performance quanto à segurança dos aplicativos. Possui dois tipos de serviços: o *Home Broker* e Mesa de Operações. O *Home Broker* é operacionalizado através da internet. A Mesa de Operações dispõe de equipe de profissionais experientes, com certificação do Programa de Qualificação Operacional em Operações da B3.

O gerenciamento da estrutura de capital, o cálculo dos limites operacionais e o gerenciamento dos riscos são centralizados no Controlador, em conformidade com as normas em vigor. O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 13,5%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal.

O ativo total é de R\$ 22,3 milhões e está representado por disponibilidades e demais instrumentos financeiros no montante de R\$ 20,6 milhões, ativos fiscais R\$ 551,0 mil, outros ativos e investimentos R\$ 1,1 milhão. No passivo, os depósitos e demais instrumentos financeiros somam R\$ 2,1 milhões. Provisões, passivos fiscais e outros passivos totalizam R\$ 1,2 milhão. O patrimônio líquido posicionou-se em R\$ 19,0 milhões e o resultado negativo foi de R\$ 2,9 milhões.

Finalizando, registramos agradecimento aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos da Mercantil do Brasil Corretora S.A.

Belo Horizonte, março de 2026.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil do Brasil Corretora S.A. -
Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Mercantil do Brasil Corretora S.A. -
Títulos e Valores Mobiliários

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Corretora e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Corretora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Mercantil do Brasil Corretora S.A. -
Títulos e Valores Mobiliários

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

(Em milhares de reais)		
Ativo	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	3	197
Instrumentos Financeiros		20.387
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4	1.266
Títulos e Valores Mobiliários		1.266
Ao valor justo por meio do resultado	5	5.769
Títulos e Valores Mobiliários		5.769
Ao custo amortizado	6	13.352
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	12.857
Outros Ativos Financeiros		495
Ativos Fiscais	7	551
Correntes	7.1	452
Diferidos	7.2	99
Outros Ativos	8	998
Investimentos	9	120
Total do Ativo		22.253
<hr/>		
Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.128
Passivos Financeiros ao custo amortizado		2.128
Depósitos	10	1.633
Outros Passivos Financeiros		495
Provisões	11	942
Passivos Fiscais		56
Outros Passivos		163
Patrimônio Líquido	12	18.964
Capital Social	12.1	24.938
(-) Prejuízos Acumulados		(5.974)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		22.253

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de prejuízo por ação)

	Nota	2º Semestre 2025	31/12/2025
Receita da intermediação financeira		1.566	2.917
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.1.c)/6.1	1.566	2.917
Resultado líquido da intermediação financeira		1.566	2.917
Outras receitas / (despesas) operacionais	13	(4.679)	(5.867)
Receitas de Prestação de Serviços	13.1	110	333
Despesas de Pessoal	13.2	(569)	(1.378)
Outras Despesas Administrativas	13.3	(876)	(1.721)
Despesas Tributárias	13.4	(1.691)	(1.768)
Outras Receitas Operacionais	13.5	352	502
Outras Despesas Operacionais	13.6	(2.014)	(2.095)
Reversões / (Despesas) de Provisões	13.7	9	260
Resultado antes dos impostos		(3.113)	(2.950)
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.3	4	(3)
Provisão para Imposto de Renda		3	-
Provisão para Contribuição Social		1	(3)
(-) Prejuízo do período		(3.109)	(2.953)
(-) Prejuízo Básico e Diluído por Ação (em reais)			
Ações ordinárias		(0,0186)	(0,0177)
Ações preferenciais		(0,0186)	(0,0177)
(-) Prejuízo Atribuído (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		(2.633)	(2.501)
Ações preferenciais		(476)	(452)
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		141.357.195	141.357.195
Ações preferenciais		25.560.775	25.560.775

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)	
	2º Semestre 2025	31/12/2025
(-) Prejuízo) do período	(3.109)	(2.953)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	(3.109)	(2.953)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2024	24.938	(3.021)	21.917
(-) Prejuízo do período	-	(2.953)	(2.953)
Saldos em 31/12/2025	24.938	(5.974)	18.964
Mutações do período	-	(2.953)	(2.953)
Saldos em 30/06/2025	24.938	(2.865)	22.073
(-) Prejuízo do período	-	(3.109)	(3.109)
Saldos em 31/12/2025	24.938	(5.974)	18.964
Mutações do período	-	(3.109)	(3.109)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)	
	2º Semestre 2025	31/12/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(-) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.113)	(2.950)
Ajustes ao Prejuízo antes dos Impostos	(19)	(299)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	39	(183)
Atualizações Monetárias Ativas	(58)	(116)
Variações em Ativos e Passivos	528	12.499
(Aumento) / Redução em Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários	(487)	10.494
Outros Ativos Financeiros	(62)	911
Ativos Fiscais	(24)	(54)
Outros Ativos	1.755	1.923
(Redução) / Aumento em Passivos		
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	(108)	(300)
Provisões	(451)	(661)
Passivos Fiscais	(7)	3
Outros Passivos	(82)	217
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6)	(34)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(2.604)	9.250
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.604)	9.250
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	15.658	3.804
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	13.054	13.054
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.604)	9.250

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)	
	2º Semestre 2025	31/12/2025
1 - Receitas	23	1.917
Intermediação financeira	1.566	2.917
Prestação de serviços	110	333
Outras	(1.653)	(1.333)
2 - Despesas de Intermediação Financeira	-	-
3 - Insumos adquiridos de terceiros	(876)	(1.721)
Serviços de terceiros	(197)	(345)
Outros	(679)	(1.376)
Processamento de dados	(542)	(1.084)
Serviços do sistema financeiro	(35)	(93)
Outros	(102)	(199)
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	(853)	196
5 - Depreciação, amortização e exaustão	-	-
6 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	(853)	196
7 - Valor adicionado recebido em transferência	-	-
8 - Valor adicionado a distribuir (6+7)	(853)	196
9 - Distribuição do valor adicionado	(853)	196
Pessoal	491	1.009
Remuneração direta	306	638
Benefícios	159	318
FGTS	26	53
Impostos, taxas e contribuições	1.765	2.140
Federais	1.758	2.122
Municipais	7	18
Remuneração de capitais próprios	(3.109)	(2.953)
(-) Prejuízos retidos do período	(3.109)	(2.953)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

A Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (Corretora) é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza as suas atividades operacionais mediante a intermediação de operações em bolsa de valores, podendo, também, comprar, vender e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, e encarregar-se da administração de fundos de investimento, carteiras de valores e da custódia de títulos e valores mobiliários, dentre outras atividades previstas em seu Estatuto Social. A sede da Corretora está localizada na Rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas nos termos do art. 176, §4º, da Lei nº 6.404/76. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresentada como informação suplementar para fins de atendimento ao Banco Central do Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

A Corretora aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria da Corretora em 03/03/2026.

2.2. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior

a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução BCB nº 352/2023.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual a Instituição administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários" utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

A Corretora não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de Corretoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

A Corretora avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios da Resolução BCB 352/23, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito. A provisão para perdas de ativos financeiros, quando aplicável, será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

• Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

e) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

f) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

g) Lucro / Prejuízo por ação

O Lucro / Prejuízo por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 12.4.).

A Corretora não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2025 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20, os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Corretora, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** a Corretora avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Corretora exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências da Corretora são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	Dez / 2025
Disponibilidades	197
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.857
Total	13.054

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Descrição	Dez / 2025	
	Custo	Mercado
Letras Financeiras do Tesouro	1.266	1.266
Total Contábil	1.266	1.266

Em 31 de dezembro de 2025, não havia saldo de provisão para os Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

b) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

Prazo	Dez / 2025
Até 1 ano	1.266
Total	1.266

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidas utilizadas no mercado financeiro nacional.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O resultado com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.577.

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Descrição	Dez / 2025	
	Custo	Mercado
Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação	5.769	5.769
Total Contábil	5.769	5.769

b) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

Prazo	Dez / 2025
Indeterminado	5.769
Total	5.769

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

6. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

6.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Dez / 2025
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	
Letras Financeiras do Tesouro	12.857
Total	12.857

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizou R\$ 1.340.

7. Ativos Fiscais

7.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Dez / 2025
IRPJ/CSLL – repetição de indébito ⁽¹⁾	396
Impostos e contribuições retidos na fonte	20
Antecipação IRPJ/CSLL	36
Total	452
Circulante	56
Não circulante	396

⁽¹⁾ A Corretora é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa Selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado.

7.2. Diferidos – Créditos Tributários

Os créditos tributários constituídos e registrados estão em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158–35/01, no montante de R\$ 99, decorrentes da aplicação da alíquota de 18% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSLL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. A utilização dos referidos créditos tributários está limitada à compensação até o limite de 30% do saldo da contribuição social a recolher, se houver. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e não estão sujeitos a limitação temporal de realização.

Com base na Resolução BCB nº 2/20 os créditos tributários passaram a ser apresentados integralmente no ativo não circulante.

Adicionalmente, a Corretora possui saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários e montam em R\$ 4.000.

7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2025
Resultado antes dos impostos	(2.950)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota 40%	1.180
Ajustes no cálculo dos tributos	(1.183)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3)

8. Outros Ativos

Descrição	Dez / 2025
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 11.b)	974
Outros	24
Total	998
Circulante	26
Não circulante	974

9. Investimentos

Descrição	Dez / 2025
Títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de Minas-Espírito Santo-Brasília	1.844
(-) Provisão para perdas	(1.724)
Total	120

10. Depósitos

Referem-se aos recursos disponíveis de clientes, enquanto não comprometidos em operações.

11. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Corretora venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis.

a) Composição das provisões

Descrição	Dez / 2025
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	929
Provisões para processos cíveis	13
Total – Não circulante	942

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- CSLL: Exações cuja exigibilidade suspensa está amparada por depósito judicial por meio de mandado de segurança que discute a inconstitucionalidade das disposições legais que instituíram a tributação discriminatória para as instituições financeiras.
- INSS: Questionamento de majoração da alíquota da Contribuição Previdenciária das instituições financeiras, prevista no artigo 22, § 1º da Lei nº 8.212/91 e Lei Complementar nº 84/96, alterada pela Lei nº 9.876/99.
- PIS: Questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- COFINS: Questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

b) Movimentação das provisões

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 01/01/2025	1.525	64	14	1.603
Constituições / (Reversões) - Vide nota nº 13.5.	(196)	(65)	1	(260)
Atualização monetária	76	1	-	77
Atualização de depósitos	(426)	-	(2)	(478)
Saldos em 31/12/2025	929	-	13	942
Depósitos judiciais	929	17	28	974

c) Passivos Contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. Na Corretora, não existem ações judiciais, classificadas como possíveis com base avaliação de seus consultores jurídicos externos.

12. Patrimônio Líquido

12.1. Capital Social

O Capital Social de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	141.357.195	21.540
Preferenciais	25.560.775	3.398
Total do capital subscrito e integralizado	166.917.970	24.938

12.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para

deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária no semestre não houve destinação dos resultados.

12.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período não ocorreu provisão de Juros sobre Capital Próprio / Dividendos.

12.4. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

Descrição	Preferenciais	Ordinárias	Dez / 2025
Número médio e final de ações	25.560.775	141.357.195	166.917.970
(-) Prejuízo básico atribuível (em R\$ mil)	(452)	(2.501)	(2.953)
(-) Prejuízo básico por ação	(0,0177)	(0,0177)	(0,0177)

13. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

13.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Dez / 2025
Tarifas bancárias	242
Custódia	83
Outros	8
Total	333

13.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2025
Proventos	635
Encargos sociais	422
Benefícios	318
Remuneração dos administradores	3
Total	1.378

13.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Dez / 2025
Processamentos de dados	1.084
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	313
Mensalidades e taxas de associações	153
Serviços do sistema financeiro	93
Serviços de terceiros	32
Outras	46
Total	1.721

⁽¹⁾ Referem-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu Controlador pela prestação de serviços diversos. Os referidos custos são apurados com base na carteira de ativos de liquidez limitados a um percentual da receita proveniente desta carteira (vide nota nº 14.1.).

13.4. Despesas tributárias

Descrição	Dez / 2025
COFINS	131
PIS	23
ISSQN	17
Transação Tributária ⁽¹⁾	1.592
Outras	5
Total	1.768

⁽¹⁾ Refere-se ao valor do saldo principal relativo à Transação Tributária, firmada em 23 de dezembro de 2025, celebrada pela Corretora em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98.

13.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Dez / 2025
Variações monetárias ativas	116
Recuperação de encargos e despesas	70
Outras	316
Total	502

13.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Dez / 2025
Despesas financeiras da Transação Tributária ⁽¹⁾	1.710
Variações monetárias passivas	77
Outras	308
Total	2.095

⁽¹⁾ Refere-se às despesas financeiras (multa e juros), líquida dos descontos obtidos na Transação Tributária (vide nota nº 13.4.).

13.7. Reversões / (despesas) de provisões

Refere-se, basicamente, à constituição das provisões para riscos fiscais e processos trabalhistas.

13.8. Resultados não recorrentes

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, a Corretora apresenta os eventos que, por sua natureza e frequência, não são considerados como parte das atividades típicas da Instituição. Destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	Dez/25
Lucro / (Prejuízo) líquido contábil (a)	(2.953)
Eventos não recorrentes (b)	(3.295)
Transação Tributária ⁽ⁱ⁾	(1.592)
Despesas financeiras da Transação Tributária ⁽ⁱⁱ⁾	(1.710)
Resultado recorrente (c = a - b)	342

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao valor do saldo principal relativo à Transação Tributária, firmada em 23 de dezembro de 2025, celebrada pela Corretora em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se às despesas financeiras (multa e juros), líquida dos descontos obtidos na Transação Tributária.

14. Transações com Partes Relacionadas

14.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, condições e taxas compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Dez / 2025
Ativos	13.071
Disponibilidades (Banco Mercantil)	197
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Banco Mercantil)	12.857
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Banco Mercantil)	17
Passivos	(26)
Valores a pagar a Sociedades Ligadas (Banco Mercantil)	(26)
Receitas / (Despesas)	Dez / 2025
Receitas / (Despesas) da Intermediação Financeira (Banco Mercantil)	1.340
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	12
Receitas de Prestação de Serviços (Banco Mercantil/Banco Mercantil de Investimentos)	325
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) - vide nota nº 13.3.	(313)

14.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Corretora dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa da Diretoria da Mercantil do Brasil Corretora S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 10.

A remuneração fixa dos administradores é composta de honorários da Diretoria (vide nota nº 13.2.).

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores**

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

14.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a membros da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

15. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

Na Corretora, o gerenciamento de riscos e gestão do capital e cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteada pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) era de 13,5%, perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

Na Corretora, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Corretora, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil do Brasil Corretora S.A. dispõe de políticas aprovadas pela Diretoria.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros:

Descrição	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros		
Nível 1	14.123	14.123
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.857	12.857
Títulos e Valores Mobiliários – LFT	1.266	1.266
Nível 2	6.264	6.264
Títulos e Valores Mobiliários – Cotas de Fundos	5.769	5.769
Outros Ativos Financeiros	495	495
Total em 31/12/2025	20.387	20.387
Passivos Financeiros		
Nível 3	2.128	2.128
Outros Depósitos	1.633	1.633
Outros Passivos Financeiros	495	495
Total em 31/12/2025	2.128	2.128

16. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Corretora apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis a Instituição.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM.

Outras informações poderão ser obtidas no site (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

17. Eventos Subsequentes

Em 14 de janeiro de 2026, o Banco Mercantil ("controlador"), concluiu a operação de alienação da totalidade da participação societária detida na Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MB Corretora", "controlada"), correspondente a 99,99% do capital social da controlada, à vista, em condições usuais de mercado e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis. Em cumprimento às normas em vigor, a operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil nos termos do Ofício nº 34276/2025-BCB/DEORF/GTSP3 PE 279128, de 18/12/2025.

MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA S.A.
Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Athaíde Vieira dos Santos

DIRETORES

João Rufino da Silva
José Dimas Aleixo
Valéria de Araújo Foresti Ribeiro

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

MERCANTIL

Corretora S.A.
Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários